

**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO -
SANTANDER MULTITESOURARIA**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTEÚDO	PÁGINA
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	11
III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER MULTITESOURARIA REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.....	15
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER MULTITESOURARIA REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.....	18
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER MULTITESOURARIA REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	20
VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	22
Nota 1 . Capital do Fundo.....	23
Nota 2 . Transacções de Valores Mobiliários no Período.....	24
Nota 3 . Carteira de Títulos.....	24
Nota 4 . Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	25
Nota 5 . Componentes do Resultado do Fundo.....	28
Nota 7 . Provisões	29
Nota 9 . Discriminação dos Impostos sobre Mais Valias e Retenções na Fonte.....	29
Nota 12 . Exposição ao Risco de Taxa de Juro.....	29
Nota 15 . Custos Imputados.....	30
Nota 16 . Comparabilidade das Demonstrações Financeiras.....	30

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Multitesouraria

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A dinâmica de crescimento económico no ano de 2014 ficou caracterizada por uma elevada volatilidade e heterogeneidade entre regiões, mas com uma tendência mais clara de abrandamento, no final do semestre, em especial na zona euro e nos mercados emergentes. Por outro lado, a economia dos Estados Unidos registou uma tendência de recuperação económica ao longo do ano em análise.

Ao longo do ano, o FMI reviu em baixa as projeções de crescimento para o ano de 2014. Em Junho reduziu a perspetiva de crescimento para o ano de 2014, em 0,3pp, para 3,7%, uma alteração explicada, em grande medida, pelas despectivas dos mercados emergentes, por outro. Em Outubro, o FMI voltou a evidenciar as fracas prespectivas de crescimento para a zona euro, e, por outro lado acompanhadas com um nível de inflação baixa. O FMI mantém, contudo, as projecções para 2015, de um crescimento de 4%, baseado numa aceleração de todas as regiões da economia mundial. Contudo, os riscos estão enviesados em baixa, devido também ao risco geopolítico em algumas regiões do globo, sendo que de relevo para a Europa está o conflito na Ucrânia.

A economia dos Estados Unidos registou uma maior desaceleração do crescimento no início do ano, já que o PIB contraiu inesperadamente no primeiro trimestre, muito afectado por condições climáticas adversas, que afectaram não só o investimento, através da actividade no sector de construção, como também a despesa de consumo das famílias. Este efeito foi já revertido no segundo trimestre, com uma reaceleração do PIB, que o FMI considera abrir perspectivas favoráveis para o ano de 2015. O ano de 2014 deverá ficar marcado por um crescimento do PIB de cerca de 2.2%.

Contudo, o mercado laboral continuou bastante dinâmico, com uma criação média mensal de 230 mil postos de trabalho desde o início do ano, o que permitiu uma mais rápida descida da taxa de desemprego, para 5,6% em Dezembro.

Fruto desta evolução, a Reserva Federal dos EUA continuou a reduzir gradualmente o volume de aquisição de activos financeiros (*tapering*) para um ritmo mensal de 25 mil milhões de dólares. Permanece ainda o debate interno quanto ao momento do início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, que os investidores antecipam poder ocorrer no segundo semestre de 2015, mas que avaliam igualmente, fruto das declarações dos responsáveis norte-americanos, ser implementado de forma gradual, com as principais taxas de juro de referência a permanecerem em níveis mínimos.

A discussão sobre o início deste processo de *apering* e a sua execução teve um impacto relevante sobre os mercados emergentes, que tinham beneficiado, nos últimos anos, da liquidez gerada pela intervenção dos bancos centrais. Assistiu-se a uma saída massiva de fundos destes mercados, causando perturbações cambiais e obrigando a intervenções, pelas autoridades, incluindo subidas das taxas de juro de referência. África do Sul, Turquia e mesmo o Brasil, já este ano, adoptaram medidas, como a subida acentuada das taxas de juro de referência, para travar a depreciação cambial que as suas divisas estavam a registar.

Em resultado, uma parte significativa destes fundos foram canalizados para a Europa, contribuindo, juntamente com dados económicos favoráveis (no início do ano), para uma valorização dos mercados accionistas e uma descida das taxas de juro de médio e longo prazo.

Na zona euro, o primeiro semestre iniciou-se com um maior dinamismo face ao esperado, com a generalidade dos indicadores de actividade a revelarem, de forma generalizada, uma aceleração da actividade e subsequente revisão em alta das perspectivas de crescimento. Contudo, durante o segundo semestre, a situação reverteu-se e em alguns países houve mesmo uma contracção do PIB, aumentando a heterogeneidade dos ritmos de crescimento entre os membros da zona euro, em especial entre a Alemanha e demais países. Em 2014, a Zona Euro deverá ter crescido 0,8%.

Este quadro de crescimento abaixo do potencial, mas em especial de uma maior desaceleração da inflação que, em Dezembro, se situou em -0,2%, levou o Banco Central Europeu, ao longo do ano de 2014, a descer as principais taxas de juro de referência e a anunciar um conjunto alargado de medidas destinado a relançar o crédito bancário e, por esta via, apoiar o crescimento económico e uma reaceleração da inflação.

A taxa das operações de refinanciamento baixou para o mínimo histórico de 0,05% (uma redução de 20pb), enquanto a taxa da facilidade de depósito junto do BCE passou a ser negativa. Com esta medida, o BCE procurará que o sector financeiro reduza o volume de depósitos que detém junto do BCE (mas que já se reduziu significativamente desde os máximos de 2012) e os canalize para a economia real. Em simultâneo, o BCE anunciou que manterá a cedência ilimitada de liquidez até ao final de 2016.

Os mercados accionistas registaram máximos históricos, durante o primeiro semestre, em especial nos EUA, mas também na Europa, fruto de resultados positivos e de um sentimento generalizado de optimismo e menor aversão ao risco. Já no final do semestre, a aversão ao risco regressou, resultando numa correcção em baixa dos principais índices, sendo que em Portugal o PSI20 foi especialmente afectado pelos eventos relativos ao Banco Espírito Santo. No segundo semestre do ano, os mercados accionistas continuaram a registar uma elevada volatilidade, tendo encerrado o ano com valorizações significativas nos mercados dos Estados Unidos e performances menos expressivas no mercado Europeus.

As yields de longo prazo corrigiram dos máximos verificados no início do ano, reagindo a dados económicos menos favoráveis, conhecidos durante o segundo trimestre, e posteriormente influenciados por um movimento de fuga para a qualidade, no quadro de desinvestimento em mercados accionistas. Este efeito foi mais visível na Europa, com as yields alemãs a retrocederem para mínimos.

Economia Portuguesa

No final do primeiro semestre, Portugal concluiu o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado com as instituições internacionais em Abril de 2011, no âmbito do qual recebeu um montante de financiamento de cerca de 76 mil milhões de euros.

Portugal prescindiu da última tranche de financiamento, de cerca de três mil milhões de euros, devido à decisão de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, das novas regras de cortes salariais (que alargavam os cortes a salários a partir de 650 euros mensais). Para concluir a 12ª avaliação e receber a tranche final, Portugal teria de estender o prazo do programa e adoptar, num reduzido período de tempo, as medidas compensatórias.

Durante os primeiros oito meses do ano, o Tesouro manteve o acesso aos mercados financeiros internacionais, com várias emissões de dívida de médio e longo prazo, a 5 e 10 anos, as quais foram realizadas com forte procura e com taxas de juro progressivamente mais baixas. Em Junho, o Tesouro emitiu a 10 anos, à yield de 3,25% (que compara com uma emissão a 5,11% em Fevereiro).

Em Julho, e pela primeira desde 2010, o Tesouro realizou uma emissão em dólares norte-americanos, à taxa de 5,23%. Ao longo do resto do ano, foram efectuadas novas emissões com yields cada vez mais baixas reflectindo a menor aversão ao risco dos investidos à dívida pública Portuguesa.

A conjuntura económica durante o primeiro semestre caracterizou-se por um crescimento mais moderado do que o verificado no final de 2013, e que foi marcado por factores pontuais, como seja o encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, o que se materializou também na redução das exportações de produtos energéticos, e consequente impacto sobre o crescimento. No primeiro trimestre de 2014, o PIB contraiu 0,6% em cadeia, devido em grande medida a este factor, mas terá já recuperado no segundo trimestre, após o reinício de laboração da refinaria.

Ao longo do resto do ano de 2014, os indicadores de procura interna continuam a sinalizar uma recuperação moderada da actividade. O consumo privado tem vindo a expandir moderadamente, à medida que as famílias começam a repor os níveis de despesa que tinham cortado durante os anos de 2011 e 2012. A descida do desemprego, que caiu para 13,5% no final do ano, recuperando os níveis de 2011, fruto de uma criação de emprego, contribuiu para a melhoria da confiança dos consumidores.

O ano de 2014 deverá ter registado um crescimento do PIB de 0.7%.

O investimento continuou a recuperar, apesar de ter havido a antecipação de alguns projectos para 2013, fruto de um incentivo fiscal à despesa de capital. No entanto, o inquérito ao investimento, realizado pelo INE e publicado em Julho, evidencia maiores intenções de investimento no corrente ano (+2,4%, face à anterior estimativa de +1,1%).

Esta melhoria está patente, em parte, nas dinâmicas de nova produção de crédito a empresas. Apesar de os volumes serem ainda historicamente baixos, nos meses de Abril e Maio registaram um crescimento homólogo de cerca de 5%. Também o inquérito às condições no mercado de crédito, publicado pelo Banco de Portugal, sinaliza uma moderação nas condições de concessão de crédito pelos bancos, assim como um aumento da procura por parte das empresas.

No entanto, o crédito total às empresas continua a reduzir-se, reflectindo, por um lado, a desalavancagem em curso na economia, e, por outro lado, factores específicos, como a assunção do financiamento de algumas empresas pelo Estado Português.

A contracção das exportações, associada à paragem técnica da refinaria de Sines, teve impactos sobre a balança comercial, que anulou o saldo excedentário que tinha alcançado no ano transacto, ficando uma melhoria dependente da recuperação das exportações.

A execução orçamental ao longo do ano de 2014, na óptica da contabilidade pública (caixa), evidenciou uma melhoria face ao ano anterior, fruto de um maior crescimento económico e também de um maior crescimento da receita, em especial de IRS e IVA.

A notação de risco da República foi revisto em alta pela agência *Moodys*, para Ba1 (um nível abaixo do nível de *investment grade*), com *outlook* estável. As demais agências mantiveram o *rating*, mas reviram o *outlook* para estável.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respectivo valor unitário das mesmas nos últimos 5 anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2010	23 216 426	10,792429
2011	7 978 056	10,742188
2012	10 474 667	11,115066
2013	18 043 549	11,274923
2014	12 795 849	11,186013

Política de investimento

A política de investimento foi conduzida na óptica de um Fundo de Tesouraria, pautada por um certo conservadorismo, na medida em que a maioria dos investimentos efectuados são de curto prazo (cerca de 53% da carteira tinha maturidades inferiores a um ano), de modo a que possa reflectir as evoluções do mercado monetário.

O Fundo investiu de uma maneira mais notável em activos com pouco risco, tais como depósitos a prazo tentando maximizar os vencimentos e níveis de taxas oferecidas (visto que se antecipava a descida das mesmas), obrigações de taxa variável de curto prazo e em menor medida papel comercial, mantendo uma forte exposição a Portugal através de depósitos, a Espanha e Itália através do investimento em obrigações governamentais e corporativas destes países, dada a melhoria da conjuntura económica dos mesmos. Esta política conseguiu dar uma estabilidade ao fundo em especial no último trimestre do ano. No final do ano o Fundo encontrava-se exposto em 2,5% a papel comercial, cerca de 38% em depósitos a prazo, 11,5% a dívida soberana, estando o restante investido em emittentes corporativos de mercados desenvolvidos. Todas as obrigações são denominadas em Euros, pelo que não existe risco cambial.

Informamos ainda que nos últimos 3 anos civis não houve alterações substanciais à política de investimento.

Performance

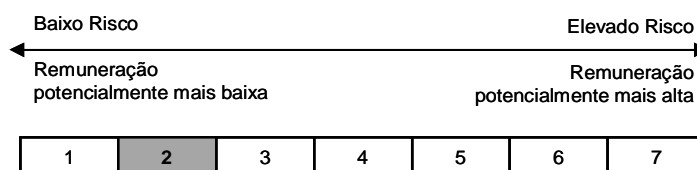
A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
1997	4,03%	0,07%	1
1998	2,80%	0,07%	1
1999	1,48%	0,08%	1
2000	2,24%	0,10%	1
2001	2,48%	0,10%	1
2002	1,63%	0,10%	1
2003	1,01%	0,04%	1
2004	0,88%	0,03%	1
2005	0,84%	0,02%	1
2006	1,06%	0,03%	1
2007	1,57%	0,09%	1
2008	0,84%	0,25%	1
2009	1,51%	0,15%	1

2010	-0,15%	1,18%	2
2011	-0,47%	0,82%	2
2012	3,46%	0,69%	2
2013	1,45%	0,65%	2
2014	-0,79%	1,50%	2

(fonte APFIPP).

Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transacção, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;

As comissões suportadas pelo Fundo e pelos Participantes até 31 de Dezembro foram as seguintes:

Encargos	Valor	%VLGF
Comissão de Gestão Fixa	1 572 406	0,82%
Comissão de Depósito	67 101	0,03%
Taxa de Supervisão	32 905	0,02%
Custos de Auditoria	18 643	0,01%
Outros Custos Correntes	-	0,00%
TOTAL	1 691 055	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		0,88%

Custos e Proveitos

O total de custos do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2014, foi de 13 735 693 ”.

O total de proveitos do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2014, foi de 11 783 051 ”.

Volume e Custos de Transacção

As transacções do Fundo foram realizadas no mercado nacional, nos mercados da União Europeia e em outros mercados. O volume de transacções registado no ano de 2014 ascendeu a 464.020.546 ”, dos quais 26.4% realizados no mercado nacional, 73.3% em mercados da União Europeia e 0.3% em outros mercados.

Os custos de transacção respeitantes a estas operações foram de 1619,5”, repartidos em 1.3% pelo mercado nacional, em 98.4% pelos mercados da União Europeia e em 0.3% por outros mercados.

Evolução dos activos sob gestão

O valor total da carteira do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2014, era de 143 134 540 ”.

Eventos subsequentes

De referir que se procedeu à alteração da comissão de gestão de 1.29% para 0.3% a partir de 1 de Janeiro de 2015 e em vigor até ao dia 31 de Dezembro de 2015.

Lisboa, 10 de Março de 2015

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários (CVM) e nº 1 do artigo 102º do Decreto-Lei nº 63-A/2013, de 10 de Maio, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, do **FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER MULTITESOURARIA**, gerido pela Santander Asset Management . Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, incluída no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 143 681 320 euros e um total de capital do Fundo de 143 134 540 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 952 642 euros), na Demonstração dos Resultados e na Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da entidade gestora Santander Asset Management . Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA:
 - a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa;
 - a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Investimento Mobiliário;
 - a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

RUA TOMÁS DA FONSECA, CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, TORRE G – 5º, 1600 -209 LISBOA, PORTUGAL
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 83o, 3º – S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL
TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSPORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC – REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 1254 – CRC LISBOA - NIPC 502 107 251 – CAPITAL SOCIAL 150.000,00 €

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração da entidade gestora, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação do adequado cumprimento do Regulamento de Gestão do Fundo;
 - a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo;
 - a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos nos documentos constitutivos;
 - a verificação da realização das operações sobre valores cotados, mas realizadas fora de mercado nos termos e condições previstas na lei e respectiva regulamentação;
 - a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação do Fundo;
 - a verificação do ressarcimento e divulgação dos prejuízos causados por erros ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da unidade de participação ou na imputação das operações de subscrição e de resgate ao património do Fundo nos termos e condições regularmente previstas;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER MULTITESOURARIA**, gerido pela entidade gestora Santander Asset Management . Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Mobiliário, e a informação neles constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 20 de Março de 2015

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

Registada na CMVM sob o nº 1254

e representada pelo Dr. Henrique José Marto Oliveira - ROC nº 961

**III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER
MULTITESOURARIA REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(valores em Euro)

Data: 31.12.14

ACTIVO						PASSIVO				
Código		31.12.14			31.12.13		Código		Períodos	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido			31.12.14	31.12.13
	Outros Activos									
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					61	Unidades de Participação	63 824 413	89 999 417	
33	Activos Intangíveis das SIM					62	Variações Patrimoniais	(131 023 238)	(98 845 809)	
	<i>Total de Outros Activos das SIM</i>					64	Resultados Transitados	212 286 007	210 057 798	
	Carteira de Títulos					65	Resultados Distribuídos			
21	Obrigações	81 823 490	567 997	(329 068)	82 062 418	67	Dividendos Antecipados das SIM			
22	Ações					66	Resultados Líquidos do Período	(1 952 642)	2 228 209	
23	Outros Títulos de Capital						<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>143 134 540</u>	<u>203 439 616</u>	
24	Unidades de Participação					481	Provisões Acumuladas			
25	Direitos						Provisões para Encargos	153 614	257 651	
26	Outros Instrumentos da Dívida	2 999 570			2 999 570		<i>Total das Provisões Acumuladas</i>	<u>153 614</u>	<u>257 651</u>	
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>84 823 060</u>	<u>567 997</u>	<u>(329 068)</u>	<u>85 061 988</u>					
	Outros Activos									
31	Outros activos									
	<i>Total de Outros Activos</i>									
	Terceiros									
411+6 +418	Contas de Devedores					421	Resgates a Pagar a Participantes			
	<i>Total dos Valores a Receber</i>					422	Rendimentos a Pagar a Participantes			
	Disponibilidades					423	Comissões a Pagar	73 739	179 475	
11	Caixa					424+6 +429	Outras contas de Credores	303 359	516 674	
12	Depósitos à Ordem	4 792 110			4 792 110	43+12	Empréstimos Obtidos			
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	53 300 000			53 300 000	44	Pessoal			
14	Certificados de Depósito					46	Accionistas			
18	Outros Meios Monetários						<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>377 098</u>	<u>696 149</u>	
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>58 092 110</u>			<u>58 092 110</u>		Acréscimos e diferimentos			
	Acréscimos e diferimentos					55	Acréscimos de Custos	16 068	156 799	
51	Acréscimos de Proveitos	527 221			527 221	56	Receitas com Provento Diferido			
52	Despesas com Custo Diferido					58	Outros Acréscimos e Diferimentos			
53	Outros acréscimos e diferimentos					59	Contas transitórias passivas			
59	Contas transitórias activas						<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>16 068</u>	<u>156 799</u>	
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>527 221</u>			<u>527 221</u>					
	TOTAL DO ACTIVO	<u>143 442 391</u>	<u>567 997</u>	<u>(329 068)</u>	<u>143 681 320</u>		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>143 681 320</u>	<u>204 550 215</u>	
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				<u>12 795 849</u>		Valor Unitário da Unidade Participação	<u>11.1860</u>	<u>11.2749</u>	

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 31.12.14

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		Períodos		Código		Períodos	
		31.12.14	31.12.13			31.12.14	31.12.13
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores recebidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>				<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO
ABERTO - SANTANDER MULTITESOURARIA REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31
DE DEZEMBRO DE 2014**

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 31.12.14

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		Períodos		Código		Períodos	
		31.12.14	31.12.13			31.12.14	31.12.13
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	281 626	2 697 323	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	2 616 805	7 981 142
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	1 416 551	1 011 869
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	3 717	2 285		Rendimento de Títulos		
724+6 +728	Outras Operações Correntes	1 672 413	2 182 172	822+6 +824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	10 373 927	9 557 141	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	7 132 863	10 436 017
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais		
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e						
7411+7421	Incrementos Patrimoniais	872 475	2 437 122	851	Provisões para Encargos	616 832	144 990
7412+7422	Impostos Indirectos		64 217	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>11 783 051</u>	<u>19 574 018</u>
751	Provisões para Encargos	512 794	402 641				
77	Outros Custos e Perdas Correntes	18 643	2 460				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>13 735 595</u>	<u>17 345 363</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (D)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais	97	2 098	888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		1 652
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>	<u>97</u>	<u>2 098</u>		<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		<u>1 652</u>
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)		<u>2 228 209</u>	66	Resultado Líquido do Período (se<0)	<u>1 952 642</u>	
	TOTAL	<u>13 735 693</u>	<u>19 575 670</u>		TOTAL	<u>13 735 693</u>	<u>19 575 670</u>
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	(627 977)	8 857 732	F - E	Resultados Eventuais [(D)-(C)]	(97)	(446)
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais			B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	(1 080 167)	4 729 549
	Resultados Correntes [(B)-(A)]	(1 952 545)	2 228 655	B+D+F-A-C-			
B-A				E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	(1 952 642)	2 228 209

Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO
MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER MULTITESOURARIA REFERENTE AO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

valores em euros Data: 31.12.2014

DESCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31.12.14	31.12.13
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	193 257 342	366 598 652
Subscrições de unidades de participação	193 257 342	366 598 652
Subscrição de ações - categorial especial		
Outras operações com acionistas		
Comissão de subscrição		
Comissão de resgate		
PAGAMENTOS:	251 609 974	281 813 858
Resgates de unidades de participação	251 609 974	281 813 858
Rendimentos pagos aos participantes		
Reembolso de ações - categoria especial		
Rendimentos pagos aos acionistas - categoria especial		
Outras operações com acionistas		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	-58 352 632	84 784 794
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS:	278 266 897	206 337 984
Venda de títulos e outros ativos da carteira	227 442 876	151 978 730
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	47 362 760	46 981 756
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros activos da carteira		
Juros e proveitos similares recebidos	3 461 262	7 377 498
Vendas de títulos e outros ativos da carteira com acordo de recompra		
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
Ativos Fixos Tangíveis		
Ativos Intangíveis		
PAGAMENTOS:	-236 862 291	-233 002 040
Compra de títulos e outros ativos da carteira	-236 576 947	-230 302 433
Subscrição de unidades de participação noutros OIC		
Subscrição de títulos e outros activos		
Juros e custos similares pagos	-281 626	-2 697 323
Vendas de títulos com acordo de recompra		
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões	-3 717	-2 284
Outros pagamentos relacionados com a carteira		
Ativos Fixos Tangíveis		
Ativos Intangíveis		
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	41 404 607	-26 664 055
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	0	0
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	1 446 931	844 896
Cobranças de crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros de depósitos bancários	1 446 931	843 244
Juros de certificados de depósito		
Comissões em operações de empréstimo de títulos		
Empréstimos obtidos		
Pessoal		
Outros recebimentos correntes		1 652
PAGAMENTOS:	-3 139 403	-4 329 447
Comissão de gestão	-1 681 389	-2 016 244
Comissão de depósito	-68 768	-70 568
Comissão de garantia		
Despesas com crédito vencido		
Juros devedores de depósitos bancários		
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	-1 389 149	-2 240 536
Empréstimos obtidos		
Pessoal		
Outros pagamentos correntes	-97	-2 098
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	-1 692 472	-3 484 551
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
Fluxo das Operações Eventuais	0	0
Saldo dos Fluxos de caixa do período	-18 640 498	54 636 188
Disponibilidades no início de período	76 732 608	22 096 420
Disponibilidades no fim do período	58 092 110	76 732 608

VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de Setembro de 2014. As Notas que não constam deste Relatório são não aplicáveis.

Nota 1 É Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o ano de 2014 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31.12.13	Subscr.	Resgates	Dist.Res	Outros	Res.Per	31.12.14
Valor base	89 999 417	85 367 175	(111 542 180)				63 824 413
Diferença p/Valor Base	(98 845 809)	107 890 167	(140 067 596)				(131 023 238)
Resultados distribuídos	-						-
Resultados acumulados	210 057 798				2 228 209		212 286 007
Resultados do período	2 228 209				(2 228 209)	(1 952 642)	(1 952 642)
SOMA	203 439 616	193 257 342	(251 609 775)	-	-	(1 952 642)	143 134 540
Nº de Unidades participação	18 043 549	17 114 853	(22 362 553)				12 795 849
Valor Unidade participação	11.2749	11.2917	11.2513				11.1860

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	N.º participantes
Ups >= 25%	-
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	-
2% <= Ups < 5%	-
0.5% <= Ups < 2%	9
Ups < 0.5%	42 571
TOTAL	42 580

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo no final de cada trimestre dos três últimos anos foi o seguinte:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2014	31-12-14	11.1860	143 134 540	12 795 849
	30-09-14	11.1753	151 674 868	13 572 331
	30-06-14	11.3573	239 456 573	21 083 902
	31-03-14	11.3270	234 196 226	20 675 927
Ano 2013	31-12-13	11.2749	203 439 616	18 043 549
	30-09-13	11.1760	188 977 986	16 909 269
	30-06-13	11.1466	244 484 126	21 933 406
	31-03-13	11.1590	241 060 547	21 602 343
Ano 2012	31-12-12	11.1150	116 426 613	10 474 667
	30-09-12	11.0942	77 532 716	6 988 581
	30-06-12	10.9785	75 236 804	6 853 041
	31-03-12	10.9856	85 066 037	7 743 413

Nota 2 Ë Transacções de Valores Mobiliários no Período

O volume de transacções do exercício de 2014, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respectivos negócios é o seguinte:

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora da Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Dívida Pública	112 552 635	-	131 491 303	-	244 043 938	-
Fundos Públicos e Equiparados	3 572 620	-	9 633 725	-	13 206 345	-
Obrigações Diversas	120 451 692	-	86 318 571	-	206 770 264	-
Total	236 576 947	-	227 443 599	-	464 020 546	-

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respectivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	193 257 342	-
Resgates	251 609 775	-

Nota 3 Ë Carteira de Títulos

Em 31 de Dezembro de 2014 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
BPIPL 3,25% 15/1/15	1 223 600	-	(22 688)	1 200 912	27 003	1 227 915
	1 223 600	-	(22 688)	1 200 912	27 003	1 227 915
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
SPGB 0,5% 31/10/17	6 567 210	18 138	-	6 585 348	4 484	6 589 832
CCTS FLOAT 1/7/16	2 254 298	-	(360)	2 253 938	5 400	2 259 338
CCTS FLOAT 15/10/17	1 567 267	-	(6 076)	1 561 191	2 638	1 563 829
BTPS 1,15% 15/5/17	3 032 250	4 530	-	3 036 780	3 583	3 040 363
BOTS 0% 14/8/15	2 991 462	2 967	-	2 994 429	-	2 994 429
	16 412 487	25 635	(6 436)	16 431 686	16 106	16 447 792
-Obrigações diversas						
SAP FLOAT 20/11/18	545 000	1 521	-	546 521	194	546 714
ABNAV FLOAT 5/12/17	2 226 669	-	(3 349)	2 223 320	1 031	2 224 351
UBI FLOAT 5/3/16	1 525 200	-	(8 550)	1 516 650	1 820	1 518 470
UBI FLOAT 20/12/15	1 289 250	2 950	-	1 292 200	198	1 292 398
BACRED FLOAT 31/3/17	2 090 800	-	(2 400)	2 088 400	139	2 088 539
BBVA FLOAT 12/10/15	1 202 364	-	-	1 202 364	1 342	1 203 706
RENAU FLOAT 27/11/17	1 430 000	1 201	-	1 431 201	724	1 431 925
BPCE FLOAT 16/5/16	2 501 470	1 780	-	2 503 250	1 145	2 504 395
HELLA 1,25% 7/9/17	1 221 000	624	-	1 221 624	3 814	1 225 438
CAFP FLOAT 21/3/18	1 614 480	2 688	-	1 617 168	284	1 617 452
BMW FLOAT 4/4/17	1 002 500	680	-	1 003 180	833	1 004 013
VW FLOAT 9/5/17	500 675	535	-	501 210	295	501 505
RENAUL FLOAT 13/6/17	1 511 700	-	(3 615)	1 508 085	454	1 508 539
ALD FLOAT 10/12/15	1 999 400	3 800	-	2 003 200	716	2 003 916
VW FLOAT 19/8/16	1 000 000	1 370	-	1 001 370	359	1 001 729
UBS FLOAT 5/9/16	1 000 000	1 580	-	1 001 580	199	1 001 779
LLOYDS FLOAT 10/9/19	2 000 580	-	(1 880)	1 998 700	520	1 999 220
GS FLOAT 29/10/19	1 050 011	2 552	-	1 052 562	1 251	1 053 813
LPTY FLOAT 28/4/17	2 556 774	1 254	-	2 558 029	1 955	2 559 984

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - Santander Multitesouraria

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
<i>-Obrigações diversas</i>						
LLOYDS FLOAT 10/9/19	2 000 580	-	(1 880)	1 998 700	520	1 999 220
GS FLOAT 29/10/19	1 050 011	2 552	-	1 052 562	1 251	1 053 813
LPTY FLOAT 28/4/17	2 556 774	1 254	-	2 558 029	1 955	2 559 984
CITI FLOAT 11/11/19	698 950	-	(287)	698 663	500	699 163
CS 0,625% 20/11/18	998 470	2 850	-	1 001 320	575	1 001 895
JPM FLOAT 20/11/16	499 495	345	-	499 840	154	499 994
AMSSM 0,625% 2/12/17	498 535	2 835	-	501 370	205	501 575
UCGIM FLOAT 2/11/15	1 787 040	6 606	-	1 793 646	1 392	1 795 038
INTNED Float 04/2016	699 853	-	(112)	699 741	347	700 088
ISPIM float 20/12/16	1 564 224	22 496	-	1 586 720	90	1 586 810
MS FLOAT 16/1/17	2 003 980	-	(4 760)	1 999 220	1 718	2 000 938
GS FLOAT 30/1/17	1 296 438	1 846	-	1 298 284	797	1 299 081
ISP FLOAT 18/5/17	1 483 350	-	(2 895)	1 480 455	336	1 480 791
TITIM Float 07/06/16	299 400	-	(498)	298 902	140	299 042
AYTCED FLOAT 22/2/18	2 649 600	-	(6 840)	2 642 760	446	2 643 206
AYTCD float 24/11/15	3 023 900	-	(7 430)	3 016 470	3 245	3 019 715
CABK 2,5% 18/4/17	1 560 150	2 700	-	1 562 850	21 205	1 584 055
CEDTDA FLOAT 8/4/16	1 987 400	-	(3 720)	1 983 680	525	1 984 205
ISPIM Float 18/12/16	606 120	1 182	-	607 302	347	607 649
EDP 3,25% 16/03/2015	2 942 560	-	(32 410)	2 910 150	60 113	2 970 263
UCG float 24/7/15	1 398 614	9 100	-	1 407 714	3 508	1 411 222
RABK FLOAT 18/11/16	2 505 000	3 425	-	2 508 425	1 049	2 509 474
LUSITANO 2 A	1 454 133	-	(76 917)	1 377 215	784	1 378 000
Lusitano Mortg, 3 B	781 866	465 924	-	1 247 790	1 318	1 249 108
Tda Pastor 1 A1	258 645	-	(18 427)	240 219	6	240 225
MAGELLAN 2 A	776 682	-	(48 729)	727 953	636	728 589
	60 042 278	541 844	(222 819)	60 361 303	116 711	60 478 014
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
<i>-Obrigações diversas</i>						
T FLOAT 4/6/19	740 000	518	-	740 518	327	740 845
	740 000	518	-	740 518	327	740 845
<i>Proc. admissão mercado estrangeiro</i>						
<i>-Obrigações diversas</i>						
CS Float 12/2017	1 005 500	-	(2 500)	1 003 000	201	1 003 201
	1 005 500	-	(2 500)	1 003 000	201	1 003 201
2. OUTROS VALORES						
<i>Val. Mobiliários nacionais não cotados</i>						
<i>-Obrigações diversas</i>						
Somec/94	-	-	-	-	-	-
GE 0% 29/1/16	2 399 625	-	(74 625)	2 325 000	-	2 325 000
	2 399 625	-	(74 625)	2 325 000	-	2 325 000
<i>Val. Mobiliários estrangeiros não cotados</i>						
<i>-Papel Comercial</i>						
PC PC Sovena 1,49% 8,1,15 1,49% 05/12/11	500 000	-	-	500 000	-	500 000
PC PC ren 0,522% 12,1,15 0,52% 10/12/11	1 500 000	-	-	1 500 000	-	1 500 000
PC PC semap 0,516% 1/15 0,52% 31/11/11	999 570	-	-	999 570	-	999 570
	2 999 570	-	-	2 999 570	-	2 999 570
TOTAL	84 823 060	567 997	(329 068)	85 061 988	160 347	85 222 336

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o ano de 2014 foi o seguinte:

Descrição	31.12.13	Aumentos	Reduções	31.12.2014
Depósitos à ordem	10 432 608	15 060 081	20 700 579	4 792 110
Depósitos a prazo e com pré-aviso	66 300 000	65 100 000	78 100 000	53 300 000
TOTAL	76 732 608	80 160 081	98 800 579	58 092 110

Nota 4 É Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pelo Decreto-Lei nº 63-A/2013 de 10 de Maio e pelas Normas Regulamentares emitidas pela

Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Colectivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos activos que compõem a carteira do Fundo é efectuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflecte os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de activos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os activos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos activos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades

não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.

- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os activos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respectiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respectivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os activos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à excepção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os activos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema ~~Reuters~~

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

c) Contractos de Futuros

As posições abertas em contractos de Futuros são reflectidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica %Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras+, sendo os ajustamentos de cotações diários reflectidos em contas de %Acréscimos e diferimentos+ e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respectivos contractos é registada na rubrica %Contas de devedores+.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 5 É Componentes do Resultado do Fundo

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	4 916 987	2 215 876	7 132 863	2 106 340	160 347	-	2 266 688
Outros Instrumentos de Dívida	-	-	-	349 360	757	-	350 117
Depósitos	-	-	-	1 416 551	-	-	1 416 551
TOTAL	4 916 987	2 215 876	7 132 863	3 872 251	161 105	-	4 033 356

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros e Comissões decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	4 830 048	5 543 879	10 373 927	281 626	-	281 626
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	1 511 032	61 374	1 572 406
de Depósito	-	-	-	62 805	4 296	67 101
Taxa de Supervisão	-	-	-	30 987	1 918	32 905
Out. Comissões Cart. Tit.	-	-	-	3 717	-	3 717
TOTAL	4 830 048	5 543 879	10 373 927	1 890 168	67 589	1 957 756

Nota 7 É Provisões

O valor registado na rubrica Provisão para encargos regista a carga de imposto sobre as valias potenciais dos títulos em carteira, conforme disposto pelo Regulamento nº 01/2013 emitido pela CMVM em 7 de Fevereiro de 2014, apresentando a seguinte decomposição:

Descritivo	31.12.13	Varição	31.12.14
Obrigações	257 651	(104 037)	153 614
Provisões para encargos	257 651	(104 037)	153 614

Nota 9 É Discriminação dos Impostos sobre Mais Valias e Retenções na Fonte

À data de 31 de Dezembro de 2014 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte tem a seguinte decomposição:

	Imposto de mais-valias	Retenções na Fonte	Impostos Indirectos	Soma
Obrigações	-	430 031	-	430 031
Depósitos à Ordem / a Prazo	-	397 333	-	397 333
Papel Comercial	-	45 110	-	45 110
Total	-	872 475	-	872 475

Nota 12 É Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 31 de Dezembro de 2014 o Fundo detinha activos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	9 430 491	-	-	-	-	9 430 491
de 1 a 3 anos	6 422 402	-	-	-	-	6 422 402
de 3 a 5 anos	1 001 320	-	-	-	-	1 001 320
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

O valor apresentado inclui o valor total do activo em carteira incluindo o respectivo juro decorrido.

Nota 15 **Encargos Imputados**

No exercício de 2014 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF
Comissão de Gestão Fixa	1 572 406	0.82%
Comissão de Depósito	67 101	0.03%
Taxa de Supervisão	32 905	0.02%
Custos de Auditoria	18 643	0.01%
Outros Custos Correntes	-	0.00%
TOTAL	1 691 055	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		0.88%

Nota 16 **Comparabilidade das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 são comparáveis com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.